



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESCENTRALIZADA À LUZ DA GESTÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO PROJETO *PUREFOOD* NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS/PGDR

Marcelo de Moraes Cordeiro
PUCRS
cordeiomarcelo@gmail.com

Rosinha da Silva Machado Carrion
UFRGS
rosinha@ufrgs.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de participação, gestão e compartilhamento de saberes no projeto de Cooperação Internacional Descentralizada (CID) *Purefood (Urban, peri-urban and regional food dynamics: toward an integrated and territorial approach to food)* a partir dos pressupostos da Gestão Social. O projeto em questão é financiado pela União Europeia, através do fundo *Marie Curie*, e desenvolvido por um consórcio de sete universidades, dentre elas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), objeto central da análise. Como pilares teóricos e epistemológicos, o estudo toma como pressuposto: (a) a existência de sistema-mundo na cooperação internacional; (b) o entendimento da diversidade de modelos de desenvolvimento; (c) a pluralidade, compartilhamento e articulação dos saberes e (d) a compreensão de que a Gestão Social pode contribuir para a gestão de projetos desta natureza. Para a coleta de dados, se utilizaram fontes documentais e a realização de entrevistas semiestruturadas. Em seguida, se realizou análise dos dados colhidos. Foi possível perceber que a gestão do projeto é centralizada, sem um compartilhamento efetivo dos conhecimentos.

Palavras Chave: Cooperação Internacional Descentralizada, Gestão Social, Participação, Compartilhamento de Saberes.

1 Introdução

O presente trabalho nasce das contribuições e discussões do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre o Terceiro Setor (NIPETS, junto ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que estuda, dentre outros temas, as relações centro-periferia, com olhar específico nas ações do sistema de cooperação internacional e desenvolvimento. Uma das discussões relacionadas aos seminários sobre o tema diz respeito ao papel que a gestão assume em projetos de cooperação internacional, especificamente no que se refere à gestão universitária de projetos e convênios internacionais.

A incursão neste debate se dá em torno do conceito da Gestão Social, uma vez que os projetos de cooperação internacional possuem como propósito o ‘desenvolvimento’. É importante construir um diálogo do ponto de vista epistemológico e prático, sobre que noção é esta de ‘desenvolvimento’ e que implicações trazem os modelos hegemônicos para o campo da Administração. Os pressupostos da Gestão Social fazem, desta maneira, contribuições importantes para este debate, já que se aproxima de um modelo de gestão participativo e inclusivo, privilegiando os espaços de troca e relação dos atores.

Para contribuir com os avanços científicos desta área e aprofundar a discussão em relação ao tema, este artigo se propõe a analisar a maneira como se dá o processo de gestão, participação e compartilhamento de saberes na elaboração e desenvolvimento de projetos de Cooperação Internacional Descentralizada (CID), realizando um estudo de caso único do projeto Purefood, acrônimo de ‘*Urban, peri-urban and regional food dynamics: toward an integrated and territorial approach to food*’ (em uma tradução livre: dinâmica regional, urbana, peri-urbana de alimentos: em direção a uma abordagem integrada e territorial da alimentação) que nomina o projeto de cooperação internacional descentralizada financiado pela Comissão Europeia, tendo a participação de sete universidades, de seis países, dentre eles o Brasil, através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como pano de fundo deste caso, é realizada, ainda, a discussão sobre a ecologia e a colonialidade dos saberes apresentados em um projeto desta natureza e a tensão entre os atores do centro-periferia envolvidos neste processo.

O trabalho está composto por esta introdução, que compreende a explicação e escopo da proposta e o problema explorado. Em seguida, são apresentados os objetivos, revisão teórica, metodologia e resultados. Ao fim, apresentam-se as conclusões e as referências utilizadas. Assim, este trabalho, quem tem por objetivo analisar o processo de participação, gestão e compartilhamento de saberes em um projeto de Cooperação Internacional Descentralizada (CID), à luz da Gestão Social, adota como premissas para a discussão: (a) o entendimento da não existência de um modelo único de desenvolvimento, que coloca todos os países em uma perspectiva linear (MILANDO, 2005; CARRION, 2009, 2012); (b) a compreensão da existência de um sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1999, 2001); (c) a necessidade de respeito à pluralidade e de saberes em projetos de cooperação internacional (SARDAN, 1995; SANTOS, 2001, 2004, 2009); e; (d) a visão da Gestão Social (TENÓRIO, 1990, 1998; CARRION, 2012), com seus pressupostos e princípios que se opõe ao modelo gerencialista e mecanicista das relações no processo de gestão.

Assim, a compreensão do processo de produção dos saberes e sua distribuição na sociedade estão atreladas a certa visão de sociedade e de mundo. Considerando a visão do ‘sistema-mundo’, fundamentada por Wallerstein (2004), percebe-se que existe, também, um processo de dominação racional e uma visão de mundo hegemônica na atual configuração, embasada, para além da questão econômica, na disseminação da ciência e da técnica. Segundo

referencia Demo (2005), o conhecimento científico tornou-se patrimônio da sociedade eurocêntrica, corroborando com a visão dos teóricos neocolonialistas que criticam a produção dos saberes e sua disseminação na sociedade a partir desta lógica dominante.

Encontra-se, assim, em diferentes âmbitos, esta disparidade entre os países ‘centrais’, ‘semiperiféricos’ e ‘periféricos’, alicerçados nas lógicas das diferenças: norte-sul; oriente-ocidente; centro-periferia (SANTOS, 2001). No sistema de Cooperação Internacional Descentralizada, um dos temas de análise deste estudo, a solução não é diferente: autores como, Sardan (1996), Milando (2005) argumentam que se verifica a tensão existente entre ‘saberes centrais’ e ‘saberes periféricos’ na elaboração e execução de projetos de cooperação internacional. Nas palavras de Sardan (1996, 156) “[...] de um lado o agente de desenvolvimento deve louvar os saberes técnico-científicos contra os saberes locais”.

Armani (2003) aponta para a necessidade de participação dos diferentes atores em um projeto, desde sua concepção até a execução, no sentido de garantir maior aderência e entendimento de todas as partes envolvidas. Carrion (2009, 2012) aponta a Gestão Social como uma forma especial de gestão que impele a capacidade dos agentes de atuarem de maneira coletiva e colaborativa, pensando os sujeitos como promotores de suas próprias decisões, respeitando as questões locais, a autonomia e a igualdade nas relações desenvolvidas.

Destas reflexões nasce a pergunta que norteou a presente pesquisa: *Como se dá o processo de gestão, participação e compartilhamento de saberes no projeto Purefood, da Comissão Europeia, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela lógica dos preceitos e pressupostos da Gestão Social?*

2. Revisão Teórica

Do ponto de vista. Assim, propõe-se a seguinte relação entre os conceitos desenvolvidos, para orientação metodológica:



Figura 1 - Modelo conceitual do referencial teórico da pesquisa.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da revisão teórica para o trabalho.

2.1 Relações internacionais: principais abordagens

Antes de entrar nas discussões acerca da Cooperação Internacional propriamente dita, suas categorias e dimensões, vale estabelecer alguns conceitos-chaves das Relações Internacionais, suas principais abordagens e a maneira com que estas visões influenciam na conformação dos projetos de Cooperação Internacional. Assim, é possível observar a ideologia subjacente a estas escolas e, em especial, aprofundar a proposta da abordagem do Sistema-mundo, de Wallerstein (2001) e Arrigui (1997).

Apesar de ser algo presente nas sociedades desde muito tempo, a disciplina das Relações Internacionais, enquanto debate acadêmico, é bastante recente, conforme afirma Devin (2009, p.11): “Desenvolvida da maneira autônoma na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, logo após o final da Primeira Guerra Mundial, ela permaneceu por muito tempo, na França, sob o domínio de historiadores e juristas”. Assim, o desenvolvimento, estudo e apropriação dos temas debatidos no âmbito das Relações Internacionais foram, aos poucos, recebendo a atenção de outras disciplinas, se configurando num campo fértil de estudos para diferentes áreas, como Economia, Direito, Sociologia e Ciência Política.

O Realismo, o Liberalismo e o Marxismo sintetizam as principais correntes em torno do tema das Relações Internacionais, dando origem a diversos debates e teorias sobre o tema, conforme a visão de Pecequilo (2004). O Realismo, enquanto paradigma de debate das Relações Internacionais tem como pressuposto o Estado como agente prioritário no contexto do Sistema Internacional. Os componentes estão em um ambiente em que o conflito é um fator sempre presente e precisam se posicionar (enquanto Estados) para lutar pelos seus interesses. Assim, eles são reconhecidos como soberanos e autodeterminados a partir das aspirações dos seus governantes, representando o povo. É imanente, portanto, a questão do conflito e do poder, entre as relações interestatais, e trata-se, em certo sentido, de um jogo de interesses individuais, ainda que alianças possam fazer parte do processo. Pecequilo (2004, p. 127) afirma que: “O conceito-chave do realismo político é o interesse definido em termos de poder que determinam, na prática, as prioridades e o tipo de comportamento que um Estado terá no sistema internacional [...]”.

O Liberalismo (ou Idealismo, como é chamado por alguns autores), enquanto escola de pensamento das Relações Internacionais, é uma abordagem que nasce depois da consolidação dos Estados nacionais, por volta do século XVI e XVII. A partir deste período, o mundo passa por um grande crescimento, não só econômico, como territorial, uma vez que as navegações levaram à descoberta de outras terras. As transformações ocorreram, também, em termos políticos, com a conformação de novos modelos de organização política das sociedades. Os principais autores das ideias liberais são John Locke e Montesquieu, assim como Kant (PECEQUILO, 2004). Nesta visão, o Liberalismo compreende uma sociedade que forma um todo integrado e busca a paz, através da cooperação e da atuação conjunta dos Estados.

De inspiração marxista, existe uma série de explicações para o processo das relações internacionais, assim como acena Pecequilo (2004). Na visão marxista, três questões são importantes para definir a análise: a economia, a historicidade e a luta de classe. Wallerstein desenvolve, tomando como base estes pressupostos, a Teoria do Sistema-mundo (2000, 2001), propondo uma forma de explicação do jogo internacional.

Wallerstein, ao apontar uma análise tendo em conta a historicidade do sistema, revela seu lugar de fala. “O capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13).

Para Wallerstein (ibidem), o desafio de traçar esta teoria se assenta na dimensão da crítica do sistema capitalista atual e na sua percepção não apenas como um sistema econômico. O autor vai além e discute o paradigma e as lentes pelas quais se está olhando a

realidade das relações dentro da sociedade. Para definir o sistema-mundo Wallerstein (2001, p. 98-99) afirma:

Um sistema-mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido localizado numa área menor que o globo inteiro. Uma análise de sistemas mundiais argumenta que as unidades da realidade social dentro das quais nós operamos, cujas regras nos restringem, são na maioria tais sistemas-mundos.

Assim, o autor revela que existem muitas realidades dentro do mesmo mundo e estas se sobrepõem, compostas por ambientes e histórias hiper-complexos. Uma das preocupações de Wallerstein (2001) é entender o capitalismo desde sua formação histórica, para compreender a forma como ele se disseminou como quase única alternativa de organização econômica e social: “O moderno sistema-mundo, que é uma economia-mundo capitalista, surgiu durante o século XVI, em partes da Europa e na América, expandindo-se desde então para ocupar todo o planeta” (WALLERSTEIN, 2001, p. 97).

No cenário da Cooperação Internacional, é importante apontar para aquilo que Galán & Sanahuja (1999) chamam de “Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD)”, funcionando como um mecanismo de articulação de uma série de agentes que se inter-relacionam no sentido de implementar os projetos de cooperação internacional, que primam pelo desenvolvimento. Entender este processo de cooperação como um sistema, contribui para a compreensão das relações estabelecidas no contexto do sistema-mundo. Desta forma, pode-se identificar, nas palavras de Galán & Sanahuja (1999), uma definição interessante deste conceito:

Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD) – Rede de instituições públicas e da sociedade civil que promovem ações de Cooperação Internacional ao desenvolvimento. O SICD está formado por muitas organizações de diferentes naturezas, orientações e funções, dentre as quais se encontram organismos internacionais, governos e instituições públicas dos países doadores e receptores de ajuda, organizações não governamentais, empresas e outras entidades da sociedade civil. Estas organizações compõem uma rede que de forma mais ou menos articulada configura o SICD. (GALÁN & SANAHUJA, 1999, p. 19)

A Cooperação Internacional, portanto, se dá de diferentes modos. Atualmente, segundo Oliveira e Luvizzotto (2011, p. 13), os desdobramentos da de Cooperação Internacional, podem ser resumidos nas seguintes abordagens, relacionadas a forma de atuação em cada uma das propostas: “(a) Cooperação Internacional Vertical, (b) Cooperação Técnica *Tout Court*, (c) Cooperação Internacional Horizontal e (d) Cooperação Internacional Descentralizada”.

A Cooperação Internacional Vertical diz respeito à lógica de um país, organização, empresa ou organismo internacional, detentor do conhecimento, transferindo para o país ‘deficitário’ aquele saber e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento. Apesar de ser negada pelos agentes que a oferecem, a cooperação internacional vertical ainda é bastante presente. Já Cooperação Técnica *Tout Court* pressupõe a participação dos países em desenvolvimento (destinatários das políticas de cooperação) no processo de implementação dos projetos (MILANO, 2005). Ayllon (2007) referencia a mudança deste perfil de cooperação e o atribui, principalmente, ao fim da Segunda Guerra Mundial e à Guerra Fria, pois os países hegemônicos precisavam, também, convencer os países “ajudados” a se manterem dóceis às suas intenções.

A Cooperação Internacional Horizontal, ou Cooperação Técnica Para o Desenvolvimento (CTPD), diz respeito à cooperação realizada entre países em

desenvolvimento, com transferência de tecnologia e participação dos atores envolvidos na consolidação de um processo de ajuda mútua. As crises econômicas dos anos 1970 foram as principais impulsionadoras deste tipo de cooperação, uma vez que os países centrais voltaram-se às soluções de seus problemas econômicos internos (MACIEL, 2009). Este tipo de cooperação nasceu da motivação de alguns países de procurarem uma interface maior para se ajudar mutuamente:

Já a Cooperação Internacional Descentralizada (CID) é um modelo que tenta colocar diferentes agentes em contato para a promoção dos projetos de cooperação. Neste modelo, pressupõe-se a simetria dos agentes, ainda que ela não seja garantida. Ela pode ser desenvolvida por qualquer agente e não pressupõe, necessariamente, a participação do Estado. Uma das principais características deste tipo de cooperação é a de que ela engloba qualquer ação ou projeto desenvolvido no âmbito local que seja promovido por uma organização de caráter internacional e que busque a cooperação (OLIVEIRA & LUVIZZOTTO, 2011). Em um dos Regulamentos da União Europeia, encontra-se a seguinte definição:

A cooperação internacional descentralizada centra-se no reforço das capacidades de diálogo das sociedades civis dos países em vias de desenvolvimento a fim de favorecer a emergência da democracia. (REGULAMENTO CE n° 1659/98)

Assim, os projetos de Cooperação Internacional Descentralizados (CID) pressupõem a participação de diferentes agentes. O foco, ainda, assenta sobre a questão do desenvolvimento dos países destinatários dos recursos e projetos, mas a partir de uma abordagem de rede, em que todos sejam beneficiados, de alguma maneira. Ao envolver Universidades, ONG's, agências financiadoras, Governos e Empresas, a CID cria uma rede de parceiros na realização dos projetos de cooperação.

2.2 GESTÃO SOCIAL: APORTE E APROXIMAÇÃO À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Gestão Social vem ganhando, nos últimos anos, destaque nos debates de diferentes campos (TENÓRIO, 2006), dentre eles a Sociologia, Antropologia e a Administração que se atém a estudar esta questão e as contribuições que, enquanto alternativa à gestão gerencialista, a Gestão Social pode fazer para o público e privado.

O conceito de Gestão Social está ligado ao desenvolvimento de uma noção da gestão não olhando exclusivamente para o fim econômico das organizações. Tenório (2006), em suas reflexões sobre o tema, afirma:

Entenderemos Gestão Social como processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2006, p. 102).

A discussão em torno desta temática traz uma aproximação possível entre a implementação de projetos de Cooperação Internacional e uma maneira diferenciada de fazê-lo, levando em consideração também as questões locais e sociais, ao invés de focar essencialmente nas questões econômicas, que, como foi referenciado, é um imperativo no cenário das Relações Internacionais atuais (SANTOS & CARRION, 2012). Assim, a Gestão Social se insere no debate do papel do Estado e da sociedade e na maneira como os processos devem ser conduzidos. Os fundamentos conceituais da questão da temática se alicerçam em

pressupostos como a cidadania deliberativa, no pensamento de Habermas (1968), estabelecendo as bases das relações entre sociedade-Estado e sociedade-mercado.

2.2.1 Participação

A categoria da participação é bastante apropriada pelo campo da Gestão Social, uma vez que a perspectiva deste modelo de gestão é gerar a autonomia dos sujeitos, utilizando para tanto, como mecanismo, a participação deliberativa (TENÓRIO, 1998). Cançado (2011) defende, ainda, que a Gestão Social se preocupa mais com o processo de participação e com o envolvimento dos diferentes atores de uma organização do que a gestão gerencialista, que acaba voltando a sua preocupação exclusivamente para o resultado e não para o processo.

Segundo Tenório e Rozenberg (1997, p. 113), deve-se observar alguns pressupostos sobre participação: (a) Consciência sobre os atos: os agentes devem estar conscientes da participação e do processo em que estão vivenciando, senão ela se torna restrita; (b) Forma de assegurá-la: ela não pode ser forçada ou entregue como benevolência; e (c) Voluntariedade: o envolvimento deve ocorrer por vontade dos participantes, sem coação ou imposição.

2.3.1 A Ecologia dos Saberes

A definição de ‘conhecimento’ aparece, conforme aponta Santos (2003), vinculada, normalmente, ao conhecimento que se diz verdadeiro, ao contato que se têm com algo que passou pelo crivo da ciência. Santos (2004) aponta ainda que o conhecimento científico moderno e as universidades, como sendo “a casa do conhecimento”, acabam por ignorar muitos outros conhecimentos sobre o mundo que não passem pelas provas que a ciência impõe. Assim, o autor sugere que ao invés de usar a expressão ‘conhecimento’ ou ‘conhecimentos’, que por sua natureza histórico-epistemológica não expressam uma natureza plural e diversa, se utilize a expressão ‘saber’ e ‘saberes’, como forma de identificar a diversidade, pluralidade e articulação das diferentes expressões e sabedorias advindas do mundo (SANTOS, 2009).

3 Aspectos Metodológicos

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois tenta explorar o objeto de maneira mais ampla e profunda. Assim como propõe Minayo (1999, p. 21), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, uma vez que “(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Acredita-se que um olhar qualitativo vai ao encontro dos objetivos e problemas de pesquisa deste trabalho.

Em relação à classificação do estudo, por se tratar de uma pesquisa exploratória, ele permite se aproximar do assunto escolhido, sinalizando o desenvolvimento de uma perspectiva predominantemente global, do todo, e não específica. Espera-se que, ao final do estudo, se tenha maior clareza sobre o projeto, suas interfaces e dimensões que mereçam estudos posteriores.

Optou-se, conforme já mencionado, pela análise de um único projeto e, portanto, pelo uso da estratégia de pesquisa conhecida como estudo de caso. Para Yin (2010) esse escolha assinala o desejo de contribuir com o conhecimento de um fenômeno individual e

contemporâneo, neste caso, na relação existente entre cooperação internacional descentraliza sob a ótica da Gestão Social.

Ainda, de acordo com o autor (ibidem, p. 32-33), “a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências [...]”. Podem ocorrer com base em seis fontes: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

A pesquisa foi realizada tomando por foco a dimensão da gestão, que compreende a concepção, coordenação e implementação do projeto, a participação e a maneira como a se dá o compartilhamento de saberes, em diferentes etapas do projeto de Cooperação Internacional Descentralizada Purefood, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O nome do projeto Purefood é um acrônimo da expressão em inglês: “*Urban, peri-urban and regional food dynamics: toward an integrated and territorial approach to food*”, Dinâmica regional, urbana, peri-urbana de alimentos: em direção a uma abordagem integrada e territorial da alimentação, em uma tradução livre. O projeto está no escopo de trabalho do *Marie Curie Actions*, um programa da União Europeia voltado à produção de conhecimento, treinamento, pesquisa, inovação e intercâmbio em diferentes áreas do conhecimento.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

No contexto da Cooperação Internacional, as universidades ganham destaque ao participar de diversos projetos com esta motivação, envolvendo cooperação técnica, científica e de intercâmbio de pessoas. Enquanto produtoras e difusoras de saberes, no contexto internacional, as universidades “tratam a cooperação como a transferência e utilização do conhecimento como métodos capazes de gerar novos conhecimentos” (CHERMANN, 2004, p. 45). Os projetos de cooperação internacional nas universidades brasileiras são diversos e compõem um dos grandes vetores no campo desta cooperação.

Em sua página na *web*, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), diz que seu objetivo em relação à cooperação internacional é:

Desenvolver as atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial. A Cooperação Internacional da CAPES busca apoiar os grupos de pesquisa brasileiros por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da nossa pós-graduação. (CAPES, 2012)

Já o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), declara que:

A cooperação científica e tecnológica internacional é empreendida por meio do apoio à mobilidade de pesquisadores no desenvolvimento conjunto de pesquisas, à capacitação em alto nível de recursos humanos, além de participação em organismos internacionais. (CNPQ, 2012)

A cooperação internacional em universidades ocorre, normalmente, a partir de acordos bilaterais desenvolvidos entre universidades do Brasil com outras no exterior e se baseia, principalmente, em: (a) intercâmbio de pessoal e pesquisadores; (b) intercâmbio de grupos de pesquisas; (c) missões científicas; (d) bolsas de estudos; (e) apoio em desenvolvimento de projetos locais de cooperação envolvendo diferentes agentes e organismos multilaterais (CHERMANN, 2004).

A Cooperação Internacional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ocorre por meio de acordos multi ou bilaterais que são desenvolvidos pela universidade com

universidades de outros países. Além disto, pode-se citar, também, toda a rede de relações estabelecidas entre grupos de pesquisas da universidade com diferentes iniciativas espalhadas por todo o globo. Esta cadeia de contatos forma uma verdadeira teia de relações internacionais que colocam a UFRGS entre as principais universidades brasileiras no sentido da cooperação internacional. Segundo dados do site da UFRGS, ela se encontra dentre as dez universidades do Brasil com maior inserção internacional.

A Secretaria de Relações Internacionais da Universidade (RELINTER) concentra as informações dos convênios e programas desenvolvidos no âmbito da UFRGS. Segundo sua página na *web*, o órgão é “encarregado de fomentar, articular e administrar a cooperação da Universidade com outras instituições e nações, visando contribuir para a formação de profissionais globalizados”. Em um primeiro levantamento, se verificou que a universidade possui 35 acordos e convênios com instituições no exterior.

Atualmente, a inserção da UFRGS é bastante relevante no cenário brasileiro, pois a universidade, conforme ranking divulgado pelo Ministério da Educação, em 2013, aparece entre as 11 principais universidades no país. Neste contexto, uma série de ações de cooperação internacional contribui para alavancar o desempenho da universidade. Recentemente, lançou um projeto “Universidade de Classe Mundial”, no sentido de expandir a sua presença no mundo, através de parcerias, intercâmbios e outros tipo de inserções que fomentem a internacionalidade da instituição.

Além dos programas de mobilidade acadêmica, outros projetos são desenvolvidos em parcerias de grupos de pesquisa e através das redes de cooperação que os professores e seus grupos estabelecem com universidades no exterior. Ao todo, atualmente, após um levantamento de consulta junto à Secretaria de Assuntos Internacionais, realizado pelo pesquisador, a universidade conta com aproximadamente 300 estudantes de diferentes partes do mundo que estão realizando algum tipo de intercâmbio ou pesquisa na Universidade.

No contexto destas atividades de cooperação científica e de relação com países em diferentes partes do mundo se insere o projeto utilizado no estudo de caso deste trabalho. A seguir são apresentadas as principais características do projeto, suas peculiaridades e a forma como ele foi desenvolvido no âmbito da UFRGS.

4.2 O PROJETO PUREFOOD

O projeto Purefood (*Urban, peri-urban and regional food dynamics: toward an integrated and territorial approach to food*) caracterizado como um projeto de Cooperação Internacional Descentralizado, de cunho acadêmico, desenvolvido em seis países, quatro deles localizados na Europa (Inglaterra, Holanda, Letônia e Itália), um na África (Uganda) e um na América do Sul (Brasil). A figura 2 apresenta a distribuição geográfica das universidades participantes, pelo mundo, a partir de informações colhidas no *website* do Purefood. A duração do projeto é de 2010, ano de sua aprovação, até maio de 2014, quando se encerra o período de formação dos jovens pesquisadores envolvidos nos desdobramentos dos subprojetos propostos pelo Purefood.

4.2.1 Desenho e desenvolvimento do projeto

O projeto Purefood foi desenvolvido com o propósito de concorrer a um dos editais abertos pelo fundo *Marie Curie*, que suporta este programa de ações da Comissão Europeia. Assim, segundo o Entrevistado A, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir de tratativas e das relações preexistentes entre o PGDR e outros professores que compõem o projeto, foi desenvolvido, em 2009, uma primeira versão do projeto que foi

enviada para a Comissão Europeia. Contudo, esta proposta, contudo, não foi aprovada. Em 2010, com a reabertura do edital de seleção de novos projetos, o Purefood se inseriu em uma das linhas do *Seven Framework Programme*, que busca, dentre uma série de objetivos, apoiar projetos para preparar recursos humanos para o desenvolvimento e atuação em pesquisa de ponta. Neste sentido, é possível entender a dinâmica de construção da proposta do projeto a partir do que relata o Entrevistado A, sobre o desenvolvimento do projeto em relação às características exigidas pelo fundo de financiamento:

O fundo está preocupado em formar profissionais que sejam capacitados nestas novas características que demandam o assim chamado sistema agroalimentar alternativo. Recursos humanos capazes de gerir, poder público, empresas, que pudessem trabalhar nesta estratégia alternativa. E a avaliação é que não existem estes recursos humanos. (ENTREVISTADO A)

Esta percepção se encaixa com aquilo que Milando (2005) afirma sobre os projetos de cooperação internacional, no sentido de que estes, mesmo buscando ‘desenvolvimento’, pouco espaço dão para o entendimento dos agentes dos projetos sobre suas reais necessidades. Os projetos, assim, se enquadram em exigências formais e genéricas sobre fatores estipulados por aqueles que, simplesmente, fazem a injeção financeira no projeto.

A coordenação e comando do projeto Purefood encontra-se sediada na Universidade de Wageningen, na Holanda. De lá partiu a proposta inicial para o desenvolvimento deste consórcio internacional, buscando recursos junto à UE. Estima-se que o valor total de financiamento do projeto é, aproximadamente, de 2,8 milhões de Euros, valor este distribuído conforme a participação e o número de pesquisadores que cada universidade tem envolvidos no projeto.

4.4.1 Universidades

As Universidades participantes do projeto foram selecionadas de forma intencional a partir dos contatos e relações pessoais e profissionais existentes entre os professores proponentes do projeto. O envolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do PGDR, se deu à medida que o coordenador do projeto conhecia os outros professores no exterior que estavam fazendo a proposta do projeto. Assim, as bases para esta escolha não foram, necessariamente, a qualidade de produção científica das universidades, nem a *expertise* no assunto trabalhado, apesar, de, evidentemente, estes requisitos estarem presentes, uma vez que as universidades proponentes os possuem.

A coordenação é exercida através, basicamente, dois subcomitês: o comitê de Gestão do Projeto e o Comitê Acadêmico. O Comitê de Gestão se reúne duas vezes por ano, para debater questões relacionadas ao projeto e pode ser acionado, através do professor coordenador, que fica na Holanda. Já o Comitê Acadêmico é responsável por aprovar as propostas de trabalho dos estudantes, verificar se as temáticas estão sendo conduzidas da maneira correta. Este comitê se reúne de três em três meses para realizar este trabalho, este comitê envolve todos os professores do projeto. A UFRGS participa deste comitê através do professor coordenador do projeto no Brasil.

A UFRGS e a universidade de Uganda possuem proporcionalmente o menor número de estudantes participantes. Enquanto nas universidades europeias existem dois estudantes para cada universidade, coube às universidades de Brasil e Uganda apenas um participante cada. Questionado sobre esta escolha, o Entrevistado C alegou, principalmente, as questões de custo de deslocamento dos estudantes envolvidos e, também, a dificuldade de encontrar outros orientadores para os estudantes nestas universidades.

É importante discutir, em relação à participação da UFRGS, o que evidencia o Entrevistado A. Segundo ele, quando é desenvolvido um projeto de parceria internacional, de fato, não é a Universidade toda que está cooperando, mas uma pequena parte dela, neste caso o PGDR. Para o Entrevistado A, a Universidade ainda não está preparada para trabalhar com cooperação internacional.

4.4.2 Empresas e ONG's parceiras

Ao longo do levantamento das informações relativas ao projeto, foi possível perceber a importância que os proponentes do projeto (professores e universidades), nas entrevistas e nos documentos pesquisados, davam aos parceiros do projeto. O Entrevistado A e o Entrevistado C mencionam que foi crucial para a aprovação do projeto junto ao fundo financiador que se desenvolvessem uma carteira de parceiros com 'peso'. Assim, se procedeu a busca de parceiros relacionados ao tema do projeto, principalmente na Europa, procurando atender a uma das exigências da convocatória.

O papel destes parceiros e sua participação estão indicados na convocatória do projeto. É possível estabelecer cinco aspectos para a participação dos parceiros: (a) ser membro do grupo supervisor do projeto; (b) desenvolver um dos treinamentos específicos e suas áreas de atuação; (c) participar e incentivar a participação nas comunidades de prática virtuais criadas para o projeto; (d) participar das atividades presenciais, conferências e apresentações do projeto; e; (e) oferecer espaço para que os estudantes desenvolvam suas pesquisas ou práticas necessárias ao seu desenvolvimento profissional e acadêmico (CONVOCATÓRIA PUREFOOD, 2010).

No caso da participação da UFRGS, esta integração se tornou mais inviável, uma vez que os parceiros todos se encontram, geograficamente, localizados na Europa, a possibilidade de participação em algum projeto ou realização de estágio de curta duração estava condicionada à disponibilidade de viagem do estudante participante. Assim, se buscou, como alternativa, a busca de parceiros locais, para contribuir no desenvolvimento do projeto, o que foi possível através da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e de Garibaldi, que possibilitaram a realização do campo da pesquisa do subprojeto Brasileiro, que trata sobre alimentação escolar.

4.4.4 Gestores financeiros

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber um envolvimento muito pequeno por parte do gestor financeiro no caso da iniciativa brasileira. Em entrevista realizada com o responsável da instituição, Entrevistado F, foi dada a informação de que não havia qualquer envolvimento com o projeto. "Apenas se pega o dinheiro e se paga as contas, conforme o que estava escrito no projeto" (ENTREVISTADO F). Isto revela o descolamento entre a gestão financeira e a gestão do projeto em si. Há neste caso uma instrumentalização da participação deste agente, sem prestar atenção a qualquer questão adjacente ao projeto em si, olhando, apenas o aspecto financeiro e legal (OLIVEIRA ET AL, 2007).

4.4.5 Professores

Os professores participantes do projeto dois papéis centrais: (a) definir as linhas gerais do projeto, assim como seus temas, orientações e outras questões pertinentes à gestão global do projeto; (b) realizar a orientação e acompanhamento dos estudantes do projeto, através de orientação e co-orientação em seus respectivos planos de estudos.

Os professores são responsáveis, também, pela formação dos grupos de supervisão acadêmica e de gestão do projeto. Alguns deles compõem estes dois grupos. Todos são responsáveis por avaliar os projetos e materiais desenvolvidos pelos alunos. Eles participam, também, das comunidades de prática virtual criadas pelo projeto. Além disto, há a busca pela integração e participação destes professores em trabalhos conjunto.

Segundo o relatório periódico do projeto, os professores são participantes sempre presentes nos encontros presenciais do grupo de jovens pesquisadores. Os professores participantes do projeto não recebem nenhuma contrapartida financeira por sua participação. O valor excedente do projeto é destinado aos programas com os quais eles estão vinculados, conforme informações oferecidas pelo Entrevistado C.

4.4.6 Estudantes (ESR's)

Os *Early Stage Researchers* (ESR's) como são chamados pelo projeto são os estudantes selecionados participantes da iniciativa. Eles desempenham um papel central no projeto, uma vez que são eles, de fato, em parceria com os professores que desenvolvem dos eixos e subprojetos propostos pelo Purefood.

Ao todo, são 12 estudantes, de diferentes nacionalidades que atendem ao projeto. O papel deles, segundo a convocatória do projeto, é de desenvolver um projeto de pesquisa e produção acadêmica de alta qualidade a partir da seleção de um dos temas específicos do projeto. Tem-se, neste sentido, uma questão interessante do projeto: ao mesmo tempo em que os ESR's são responsáveis pelo projeto, eles são, igualmente, o objetivo do projeto. Isto ocorre pois o objetivo do projeto é formar pesquisadores de alta qualidade, com capacidade para lidar em diferentes realidades em um ambiente internacional.

Os estudantes têm várias obrigações ao longo de sua 'participação' no projeto. Estas obrigações incluem: (a) realização de créditos de pós-graduação na universidade em que estão vinculados; (b) participar dos cursos de verão desenvolvidos pelo programa; (c) participar das comunidades de prática do projeto; (d) realizar estágio de curta duração em algum outro país até a metade do programa; (e) ter seu projeto de pesquisa aprovado pelo comitê científico do projeto; e (f) produzir e publicar, até o final do programa, quatro artigos científicos em periódicos considerados de alto impacto acadêmico internacional.

4.4.7 Reflexão sobre a participação no projeto

Durante a pesquisa, foi possível perceber que, mesmo que o projeto preconize a participação dos diferentes atores, em pé de igualdade, não é o que se processa na prática. Esta participação instrumental (DEMO, 1999) se reflete na forma de interação entre os participantes, pois acaba por enfraquecer uma das principais questões buscadas pelo projeto, que é a produção de conhecimento e seu compartilhamento.

Quando questionados sobre a escolha do Brasil como um dos parceiros, os entrevistados mencionaram a ascendência econômica do País e a importância que ele vem ganhando no cenário internacional. Esta observação é bastante pertinente, uma vez que, ao ser um país emergente, o Brasil vem atraindo, cada vez mais, o interesse dos países centrais. Parece que esta escolha está pautada, também, por este viés econômico da escolha das universidades parceiras.

4.5.1 Compartilhamento e comunicação no projeto

Uma das questões importantes, ao longo do levantamento de informações e dados sobre o projeto, foi a questão da comunicação, uma vez que, em função da distância geográfica e da quantidade de parceiros envolvidos, este aspecto era de fundamental

importância para o desenvolvimento efetivo do projeto. Assim, foi importante mapear as principais formas de comunicação utilizadas pelo projeto.

Basicamente, é possível citar os seguintes instrumentos como formas prioritárias de comunicação entre os participantes: (a) e-mail e listas de discussão; (b) redes sociais; (c) Skype e outras formas de comunicação *on-line*; (d) encontros presenciais, seminários e curso de verão; e; (e) blog do projeto e site utilizado para desenvolver a comunidade de prática virtual do projeto. Estas foram as principais formas citadas pelos agentes durante as entrevistas e também mencionadas no escopo da proposta do projeto e nos relatórios que o pesquisador teve acesso. Todas as fontes de informação consideram relevante uma comunicação fluida para garantir as trocas necessárias e a evolução do projeto.

Na avaliação das práticas de comunicação, nos atemos à questão do compartilhamento, em si, dos saberes oriundos do projeto. Em relação a este tema, foi possível perceber que os principais veículos utilizados são o *e-mail*, meio pelo qual os participantes trocam informações e se comunicam com seus pares, com os professores e com as instituições parceiras.

Além do e-mail, se configura como espaço privilegiado para a interação e divulgação das informações o blog do projeto. O projeto possui um website oficial, mas lá as informações são mais estáticas, e estão relacionadas à atuação dos intercambistas, às linhas e eixos do projeto e não apresenta notícias atualizadas ou novidades sobre o projeto.

4.5.3 Modelo de gestão

Na CID, há o envolvimento de diferentes atores do cenário internacional, no sentido de buscar desenvolvimento e implementação do projeto de forma equânime, valorizando o papel de cada um. Contudo, sempre há uma organização que fica à frente do processo, como líder das iniciativas. No caso do Purefood, a Universidade de Wageningen é a responsável pelo projeto junto à Comissão Europeia. Este trabalho pressupõe que os relatórios do projeto sejam realizados e entregues por esta universidade.

O projeto se divide, como já mencionado, em dois comitês que fazem a sua gestão: o Comitê de Gestão e o Comitê Científico. Estas duas estruturas dão conta da organização do projeto e de sua condução. Interessante perceber que a composição do comitê de gestão é mais reduzida, envolvendo apenas quatro professores, de universidades europeias. Quanto ao comitê científico, ele é coordenado pela Universidade de Wageningen e é composto, de maneira mais ampla, por todos os professores orientadores do projeto. O trabalho deste comitê é decidir sobre a eficácia acadêmica dos trabalhos desenvolvidos, organizar os cursos de verão e avaliar a evolução dos estudantes participantes do projeto. Conforme relato dos entrevistados, muitas questões não vão para o comitê, pois acabam sendo resolvidas entre o orientador e o estudante, sem necessidade de intervenção. Já ocorreram casos, contudo, de reprovação de proposta de pesquisa, por parte deste comitê.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, retomam-se os anseios iniciais que deram origem a esta discussão. Como objetivo geral, se buscou fazer uma análise do processo de cooperação internacional descentralizada, a partir dos pressupostos da Gestão Social, tomando como estudo de caso o projeto Purefood. Para realizar este objetivo, se optou pelo olhar focado em três dimensões que, a partir da ótica do pesquisador, se articulavam com os temas centrais da dissertação: a participação, a gestão e o compartilhamento dos saberes do projeto. Como objetivos específicos, se optou por: (a) descrever o projeto, (b) identificar e descrever os

principais agentes, (c) identificar e descrever as formas de participação, (d) identificar e analisar os mecanismos de compartilhamento de saberes, e, por fim, (e) analisar o processo de gestão do projeto e possíveis zonas de conflito.

Do ponto de vista da participação, foi possível perceber a dificuldade que os atores têm de exercerem seus papéis de interlocutores de maneira igualitária (TENÓRIO & ROZENBERG, 1997). O próprio processo de cooperação internacional, que coloca diferentes agentes, em diferentes partes do mundo, em diálogo, gera assimetrias, próprias do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2001). As diferenças são acentuadas em função do espaço de fala de cada um dos atores, seu papel e sua forma de participação. Além disto, foi possível perceber que a execução em si do projeto estava bastante conectada aos professores e estudantes e que as organizações parceiras tinham uma participação praticamente instrumental na implementação do projeto.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, C. **Perspectivas da Cooperação Internacional**. In: Marcovitch, Jacques (Org). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 149-163.
- ANGELL, N. **A grande ilusão**. Brasília/São Paulo, Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARBANTINE JUNIOR, Olympio. *Desenvolvimento e Relações Internacionais*. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (org.) **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte: Ed. PUC de Minas, 2005. p.141-169.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.
- CANÇADO, A. C. **Fundamentos Teóricos da Gestão Social**. 2011. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.
- CAPES, Site Oficial. **Sobre a Cooperação Internacional**. Disponível em <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>. Acesso em 15/5/2012.
- CARRION, R. S. M. A Contribuição da Gestão Social para o Desenvolvimento. In: CANÇADO, Airton; TENORIO Fernando; TORRES, Jeová. (Org.). **Gestão Social: Aspectos Teóricos e Aplicações**. 1ª ed. Ijuí: Editora da UniIjuí, 2012, v. 1, p. 261-272.
- _____. *Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis*. **X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Braga. Universidade do Minho. Portugal. 4 a 7/ fevereiro de 2009.
- CARRION, R. S. M.; CALOU, Â. *Pensar a Gestão Social em terras de 'Padinho Cícero'* (Prefácio). In: SILVA JR, J. T.; MÁISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- CARRION, R. S. M. (Org.); VALENTIN, I. V. (Org.); HELLWIG, B. C. (Org.) **Residência Solidária UFRGS: Vivência de Universitários com o Desenvolvimento de Tecnologia Social**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- CHERMANN, L.P. **Cooperação Internacional e Universidade: Uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Educ, 2004.
- CNPQ, Diretório do Núcleo de Pesquisas no Terceiro Setor (NIPETS). Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0192602DVCEEKO>>, acessado em: 27/3/2012.
- CNPQ, Site Oficial. **Sobre a Cooperação Internacional**. Disponível em <http://www.cnpq.br/programas/coopint/index.htm>. Acesso em 15/5/2012.

- COMISSÃO EUROPÉIA. **Sobre**. Disponível em: < http://ec.europa.eu/index_pt.htm> acessado em 15/4/2013.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 1995, 3ª ed.
- _____. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.
- DEVIN, G. **Sociologia das Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, EDUFAL, 2009.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Y.S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DUARTE, J. & BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. Atlas: São Paulo, 2006.
- FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MASIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2008.
- GALÁN, M. G. & SANAHUJA, J. A. **El Sistema Internacional de Cooperación al Desarrollo: una aproximación a sus actores e instrumentos**. Madrid: Cideal, 1999.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**: VI, Nº 2. UFRJ.P. 41-91. 2008.
- MILANDO, J. **Cooperação sem desenvolvimento**. Lisboa: Imprensa de ciências sociais. 2005.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ranking das Universidades Brasileiras**. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>, acessado em 23/4/2013.
- NAÇÕES UNIDAS, **Site oficial**. Disponível em: <http://unic.un.org/imucms/rio-de-janeiro/64/38/a-onu-e-o-desenvolvimento.aspx>. Acesso em 23/3/2012
- OLIVEIRA, M. F. & LUVIZOTTO C. K. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. **Rev. Bras. Polít. Int.** 54 (2): 5-2. 2011.
- OLIVEIRA, R. C. R.; SOUTO-MAIOR, J.; HONÓRIO, J. B.. **Participação em perspectiva: uma reflexão a partir das teorias organizacionais**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2., 2007, Pernambuco. Anais do Simpósio. Pernambuco: Editora da Universidade, 2007. p. 3 - 34. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos07/1400_Participacao-ModeloSeget-pronto.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2013.
- PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- PUREFOOD, **Site oficial**. Disponível em <http://Purefoodnetwork.eu/>. Acessado em 3/3/2013.
- PUREFOOD. **Relatório Periódico**. Período: 1/12/2010 a 30/11/2012. Wageningen University.
- FAURGS. **Dinâmicas alimentares urbanas, peri-urbanas e regionais: para uma abordagem territorial e integrada sobre alimentos**. Proposta de Projeto apresentado à fundação, 2010.
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **A crítica da razão indolente**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Um discurso sobre as ciências. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, B. de S. & MENESES, M. P. (org). **Epistemologias do sul**. Edições Almedina, Coimbra, 2009.
- SANTOS, C. G. & CARRION, R. M. **Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas**. Rev. Adm. Pública, 2011, vol.45, n.6, pp. 1847-1868 .

- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do Pensamento Único à consciência Universal**. São Paulo: Record, 2000.
- SARDAN, J. P. **Antropologie et development: essai en socio-anthropologie du chagement social**. Paris: Karthala, 1995.
- SEVEN FRAMEWORK PROGRAM. **O 7PQ em breves palavras**. Disponível em <http://ec.europa.eu/research/fp7/pdf/fp7-inbrief_pt.pdf>, acessado em 14/4/2013.
- TENÓRIO, F. G. “O mito da participação.” In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v.24, n.3, pp. 162-164, mai./jul./1990.
- _____.; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. In: **Revista de Administração Pública Rio de Janeiro**: EBAP/FGV, v.31, n.4, pp. 101-125, jul./ago./1997.
- _____. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. In: **Revista de Administração Pública Rio de Janeiro**: EBAP/FGV, v. 32, n. 5, set./out./1998, pp. 7-23.
- TENÓRIO, Fernando G. (coord). **Gestão Social: metodologia, casos e práticas**. 5 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- UFRGS. Página Oficial. **Sobre a Cooperação Internacional**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ufrgs/cooperacao-internacional/apresentacao>. Acessado em 15/4/2012.
- UFRGS. **Site da secretaria de relações internacionais**. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/relinter/portugues>>, acessado em 23/4/2013.
- ULLRICH, D. R.; CARRION, R.S. M. A atuação do Brasil na Cooperação internacional para o Desenvolvimento: o desafio do compartilhamento de saberes. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 20, ano X, p.4-47, 1 maio 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/187/197>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- UNIÃO EUROPEIA, **Site Oficial**. Legislação sobre a cooperação internacional. Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/other/r12004_pt.h. Acessado em 9/3/2012.
- UNIÃO EUROPEIA. **Site oficial**. Sobre. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/index_pt.htm>, acessado em 15/4/2013
- VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 15-36.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- WALLERSTEIN, I. **Análise dos Sistemas Mundiais**. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. Teoria Social Hoje. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- _____. **World-System Analysis: an Introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.